



GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

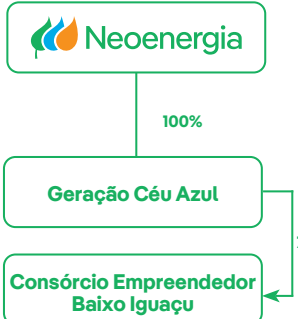
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2023, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A., que possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu. Também atua com sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de energia restrito à unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu ("CEBI" ou "Consórcio"), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição pelas Companhias Geração Céu Azul com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012. A usina entrou em operação em fevereiro de 2019, com a entrada em operação na primeira máquina e em abril com a totalidade das três máquinas que compõem a usina - com capacidade instalada de 350,2 MW e 172,4 MW médios de garantia física. Em 2023, foi gerado o montante bruto de 1.586.436,8 MWh. O índice de disponibilidade acumulada anual da Usina em 2023 foi de 97,8% e a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 97,1% (ambas acima do valor de referência - 89,6%). Seu índice de confiabilidade foi de 99,83%.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	170.444	190.121
Custos		(82.973)	(89.208)
Custos com energia elétrica	4	(32.466)	(40.509)
Custos de operação	5	(50.507)	(48.692)
Lucro bruto		87.471	100.913
Outras despesas gerais e administrativas	5	(9.525)	(10.018)
Lucro operacional		77.946	90.895
Resultado financeiro	6	(31.116)	(36.391)
Receitas financeiras		14.865	12.536
Despesas financeiras		(47.678)	(49.223)
Outros resultados financeiros, líquidos		1.697	296
Lucro antes dos tributos		46.830	54.504
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(8.986)	(14.042)
Corrente		(9.149)	(10.551)
Diferido		163	(3.491)
Lucro líquido do exercício		37.844	40.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	37.844	40.462
Resultado abrangente do exercício	37.844	40.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como propósito específico participar do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, com participação de 70%, tendo como sócio a Copel que detém os outros 30%. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, que iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2019. A energia é produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PRT 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul recorreu da decisão e em 31 de dezembro 2018, foi publicada no Diário Oficial da União, a retificação à Portaria SPE/MME nº 11/2017, que define a garantia física da UHE Baixo Iguaçu em 172,4 MW médios. A 1ª unidade geradora a entrar em operação comercial foi em 08 de fevereiro de 2019. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 21 de fevereiro de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco de mercado e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alternativos". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recobíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade de dessas taxas. (ii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocação dos recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13). Adicionalmente, a Companhia mantém mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de cai-

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	198.410	219.658	(9,67)
Receita Operacional Líquida	170.444	190.121	(10,35)
Margem Operacional Líquida	87.471	100.913	(13,32)
EBITDA	116.676	129.432	(9,9)
Resultado Financeiro	(31.116)	(36.391)	(14,50)
Lucro Líquido	37.844	40.462	(6,47)
Margem Operacional (%)	51,32%	53,08%	(1,76)
Margem EBITDA (%)	68,45%	68,08%	0,38
Margem Líquida (%)	22,20%	21,28%	0,92

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	1.903.966	1.962.869	(3,00)
Dívida Bruta	467.235	503.296	(7,16)
Dívida Líquida ⁽³⁾	347.570	401.080	(13,34)
Patrimônio Líquido	1.298.619	1.281.758	1,32

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo à resolução CVM nº 156/22, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sígl em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/23	dez/22	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA ⁴	2,98	3,10	(3,87)

⁽⁴⁾ EBITDA dos últimos 12 meses

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	37.844	40.462	(2.618)	(6,47)
Receitas financeiras (B)	14.865	12.536	2.329	18,58
Despesas financeiras (C)	(47.678)	(49.223)	1.545	(3,14)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	1.697	296	1.401	473,31
Imposto de renda (E)	(8.986)	(14.042)	5.056	(36,01)
Depreciação (F)	(38.730)	(38.537)	(193)	0,50
EBITDA = A + (B + C + D + E + F)	116.676	129.432	(12.756)	(9,86)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.844	40.462
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	38.730	38.537
Baixa de ativos não circulantes	84	117
Tributos sobre o lucro	8.986	14.042
Resultado financeiro, líquido	3.116	36.261
IAS 16 / CPC 27 - Energia de Teste	-	(20.442)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	15.248	(6.384)
Fornecedores e contas a pagar	(1.848)	1.289
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	526	60
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(5.682)	(2.393)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(13.175)	(3.840)
Outros ativos e passivos, líquidos	13.778	8.013
Caixa líquido proveniente das operações	125.607	105.722
Encargos de dívidas pagas	(38.165)	(40.743)
Rendimento de aplicação financeira	15.683	13.032
Pagamento de juros - Arrendamentos	(14)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(9.083)	(15.234)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	94.028	62.775
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(15.879)	(10.470)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(15.879)	(10.470)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(42.171)	(41.733)
Depósitos em garantias	1.009	(1.506)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(29)	(39)
Remuneração paga aos acionistas	(19.509)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(60.700)	(43.278)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	17.442	9.027
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	102.216	93.189
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	119.665	102.216
Transações que não envolveram caixa:		
Adição, reversão e atualização de provisões capitalizadas	4.085	3.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

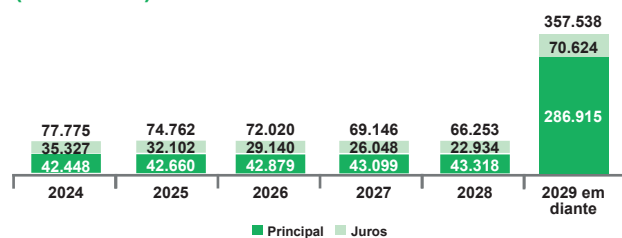
	Reservas de Lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.255.820	2.422	23.517	-	-	1.281.759
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.844	37.844
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	1.892	-	-	(1.892)	-
Remuneração aos acionistas (16.2.a)	-	-	-	14.968	(35.952)	(20.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.255.820	4.314	23.517	14.968	14.968	1.298.619
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.255.820	399	-	2.575	-	1.258.794
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.462	40.462
Transações com os sócios:						
Remuneração aos acionistas (nota 16.2.a)	-	-	-	(2.575)	-	(2.575)
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.023	23.517	-	(25.540)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2.a)	-	-	-	-	(14.922)	(14.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.255.820	2.422	23.517	-	-	1.281.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENVIDIVAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortização linear.

(em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 (sessenta) meses.

Em 2023, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 69.333 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 62.222 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 7.111 referem-se a relatório de asseguração limitada sobre Covenants. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração Céu Azul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração Céu Azul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração Céu Azul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	119.665	102.216
Contas a receber de clientes e outros	9	10.993	26.241
Outros ativos circulantes		853	1.039
Total do circulante		131.491	129.496
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		1.051	284
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	401	238
Depósitos judiciais	15.1	23.853	41.650
Outros ativos não circulantes			



Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Participação em consórcio:** A Companhia participa com 70% no Consórcio UHE Baixo Iguaçu, liderado pela Geração Céu Azul, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: • Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; • O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; • Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, sobre os existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baixo Iguaçu, levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	2023	2022
(i) Balanços Patrimoniais:		
Circulante	15.476	21.164
Não circulante	2.227.312	2.306.963
Ativo	2.242.788	2.328.127
Circulante	19.497	27.456
Não circulante	81.291	128.110
Patrimônio líquido	2.142.000	2.172.561
Passivo	2.242.788	2.328.127
(ii) Demonstrações de Resultado:		
Despesas administrativas	(2.625)	(3.129)
Outras receitas e despesas operacionais	(65.450)	(63.370)
Recuperação de despesas	19.271	18.545
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(48.104)	(47.954)
Recuperação de despesas	1.564	2.308
Receitas financeiras	479	691
Despesas financeiras	(2.045)	(2.992)
Prejuízo do exercício	(48.104)	(47.954)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia	194.724	188.708
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	3.686	30.950
Receita operacional bruta	198.410	219.658
(-) PIS e Cofins	(18.353)	(27.266)
Outros encargos ⁽ⁱ⁾	(9.613)	(2.271)
Receita operacional, líquida	170.444	190.121

(i) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (FTSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH); 3.1 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, porém a perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e preço do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para venda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(8.392)	(18.552)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽ⁱ⁾	(2.593)	(2.430)
Outros	(88)	(83)
Subtotal	(11.073)	(21.065)
Créditos PIS e COFINS	965	1.999
Total	(10.108)	(19.066)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(24.654)	(23.733)
Subtotal	(24.654)	(23.733)
Créditos de PIS e COFINS	2.296	2.290
Total	(22.358)	(21.443)
Total dos custos com energia elétrica	(32.466)	(40.509)

(i) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Custos de operação		
Outras Despesas gerais e administrativas	(6.712)	(6.729)
Custos de operação	(14)	(14)
Total	(6.726)	(6.743)
Outras Despesas Operacionais		
Depreciação e amortização	(38.730)	(38.537)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽ⁱ⁾	(2.214)	(373)
Total	(50.507)	(45.697)

(i) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

5.1 Serviços de terceiros:

	2023	2022
Serviços técnicos e manutenções	(8.844)	(7.635)
Serviços jurídicos	(21)	(55)
Consultoria e auditoria	(294)	(424)
Comunicação	(101)	(101)
Uso da marca	(1.256)	(1.161)
Vigilância	(559)	(467)
Crédito PIS e COFINS	651	604
Outros serviços	(1.107)	(963)
Total	(11.511)	(10.202)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	15.683	13.032
(-) Tributos sobre receita financeira	(818)	(616)
Outras receitas financeiras	-	120
Total	14.865	12.536
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(43.266)	(44.884)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(1.247)	(1.934)
taxas	(2.721)	(1.941)
Tributos	(145)	(131)
Outras despesas financeiras	(292)	(305)
Total	(47.678)	(49.223)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	1.697	296
Total	1.697	296
Resultado financeiro líquido	(31.116)	(36.391)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	46.830	54.504
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(15.922)	(18.531)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	7.134	5.073
Outras adições (reversões) permanentes	(928)	(584)
Tributos sobre o lucro	(8.986)	(14.042)
Alíquota efetiva	19,19%	25,76%
Corrente	(9.149)	(10.551)
Diferido	163	(3.491)

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	8	8
PLR	328	327
Ressarcimento do Risco Hidrológico (GSF)	(97)	(189)
Outros	162	92
Total	401	238

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	238	238
Efeitos reconhecidos no resultado	163	163
Saldos em 31 de dezembro de 2023	401	401
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.729	3.729
Efeitos reconhecidos no resultado	(3.491)	(3.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	238	238

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, será em 2025 no total de R\$ 401. **7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para as transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas brasileiras, o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma entidade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre

tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	15	14
Programa de integração social - PIS	249	227
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.156	1.059
Impostos e contribuições retidos na fonte	319	257
Outros	1.495	1.905
Outros tributos a recolher	3.234	3.462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.855	2.152
Outros	1.658	1.689
Encargos setoriais	3.513	3.841
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.747	7.303
Circulante	4.109	5.399
Não circulante	2.638	1.904

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	5.418	4.214
Fundos de Investimento	114.247	98.002
Total	119.665	102.216

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	114.247	98.002
Total	114.247	98.002

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o Grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Receível	2023	2022
Fornecimento de energia	9.448	21.727	
Comercialização de energia na CCEE	1.545	4.514	
Total	10.993	26.241	

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Receível	2023	2022
A vencer	9.448	21.727	
	9.448	21.727	

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 10.1) e são reconhecidos quando o recebimento não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	2,00%	2,00%	6,25%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.060.100	600.901	288	112.794	1.774.083
Adições	-	-	29	117.665	117.94
Baixas	(4)	(34)	(31)	(15)	(84)
Depreciação	(29.002)	(9.121)	(55)	-	(38.178)
Transferências entre classes	2.783	6.461	157	(9.401)	-
Transferências - outros ativos ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(14.245)	(14.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.033.877	598.207	388	100.898	1.733.370
Custo	1.170.314	641.455	504	100.898	1.913.171
Depreciação acumulada	(136.437)	(43.248)	(116)	-	(179.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.073.135	602.457	181	106.456	1.782.229
Adições	-	-	-	31.162	31.162
Baixas	(11)	-	-	(106)	(117)
Depreciação	(29.772)	(9.378)	(41)	-	(39.191)
Transferências entre classes	16.748	7.822	148	(24.718)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.060.100	600.901	288	112.794	1.774.083
Custo	1.167.535	635.041	378	112.794	1.915.748
Depreciação acumulada	(107.435)	(34.140)	(90)	-	(141.665)

⁽ⁱ⁾ Inciú o efeito líquido das baixas de contingências civis (principal e atualização) e seus respectivos depósitos judiciais (principal e atualização), atrelados a desapropriação de terras/serviço.

10.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma parada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, considerando que o contrato de concessão prevê a indenização ao final da outorga. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Outros	Total
Taxa de amortização a.a	3,21%	3,45%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.068	185	14.253
Amortização	(518)	-	(518)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.550	185	13.735
Custo	16.161	185	16.34



Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
RCA de 23 de junho de 2023	JCP	12.969	0,010327
RCA de 08 de dezembro de 2023	JCP	8.014	0,0063815
Total		20.983	
2022			
RCA de 21 de junho de 2022	JCP	3.545	0,0028229
RCA de 23 de novembro de 2022	JCP	11.377	0,0090594
		14.922	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	19.509	4.250
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	-	2.575
Juros sobre o capital próprio declarados	20.983	14.922
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.147)	(2.238)
Pagos no exercício	(19.509)	-
Saldos finais	17.836	19.509

16.3 Reserva de Lucros: 16.3.1 Reserva Legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/(Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	9 anos	2024	4,176	(40.790)
b)	Arizônia 1, Baguari 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Geração Céu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitís 1, Oitís 10, Oitís 2, Oitís 21, Oitís 22, Oitís 3, Oitís 4, Oitís 5, Oitís 6, Oitís 7, Oitís 8, Oitís 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuaá 1, Ventos de Arapuaá 2, Ventos de Arapuaá 3, Potiguar Sul, Nandimba, Neoenergia Renováveis, Enerbrasil, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Vale do Itajaí, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Sobral e Neoenergia Rio Formoso	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2024	(420)	5,747
c)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2024	(637)	7,506
d)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	2031	2024	(1.237)	1,237
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2024	(17.836)	-

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.418	114.247	4.215	98.002
Contas a receber de clientes e outros	10.993	-	26.241	-
	16.411	114.247	30.456	98.002
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	6.103	-	7.951	-
Empréstimos e financiamentos	467.235	-	503.296	-
Passivo de arrendamento	71	-	-	-
Uso do bem público	19.704	-	19.056	-
Outros passivos financeiros	597	-	477	-
	493.710	-	530.780	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo**

17. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) compartilhamento de recursos humanos; (vii) Dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	4.889	-	4.889	5.169	-	5.169
Outros ativos	-	-	-	11	-	11
	4.889	-	4.889	5.180	-	5.180
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (c) (d)	1.417	1.237	2.654	2.479	1.161	3.640
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	17.836	17.836	-	19.509	19.509
Outros Passivos (b)	420	-	420	547	-	547
	1.837	19.073	20.910	3.026	20.670	23.696

17.2 Transações com partes relacionadas:

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a)	49.182	-	49.182	52.271	-	52.271
Custos dos serviços (c)	(16.704)	-	(16.704)	(26.119)	-	(26.119)
Despesas gerais e administrativas (b) (d)	(5.747)	(1.237)	(6.984)	(6.100)	(1.161)	(7.261)
	26.731	(1.237)	25.494	20.052	(1.161)	18.891

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/(Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	9 anos	2024	4,176	(40.790)
b)	Arizônia 1, Baguari 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Geração Céu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitís 1, Oitís 10, Oitís 2, Oitís 21, Oitís 22, Oitís 3, Oitís 4, Oitís 5, Oitís 6, Oitís 7, Oitís 8, Oitís 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuaá 1, Ventos de Arapuaá 2, Ventos de Arapuaá 3, Potiguar Sul, Nandimba, Neoenergia Renováveis, Enerbrasil, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Vale do Itajaí, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Sobral e Neoenergia Rio Formoso	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2024	(420)	5,747
c)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2024	(637)	7,506
d)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	2031	2024	(1.237)	1,237
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2024	(17.836)	-

(“VJR”): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	114.247	114.247	98.002	98.002
	114.247	114.247	98.002	98.002

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023			2022		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	467.235	467.235	503.296	503.296	503.296	503.296

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Geração Céu Azul S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Céu Azul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	134.469	15.084	(2.263)	(4.525)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(488.579)	(488.579)	(488.579)	(488.579)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
José Paulo Werberich Presidente							
TITULARES							
Juliano Pansanato de Souza	Mariane Carvalho Medeiros	Leonardo Pimenta Gadelha					
DIRETORIA EXECUTIVA							
Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor Presidente							
Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação	Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle					
DIRETORIA DE CONTABILIDADE							
Rachel Alves Pascale Contadora CRC-RJ-Nº 115915/O-3	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade						

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.							
José Paulo Werberich Mariane Carvalho Medeiros				Juliano Pansanato de Souza Leonardo Pimenta Gadelha			
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Os Diretores da Geração Céu Azul S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.136.819/0001-55, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024. Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle Fabiano Carvalho Rosa - Diretor de Regulação							

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Os Diretores da Geração Céu Azul S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.136.819/0001-55, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024. Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle Fabiano Carvalho Rosa - Diretor de Regulação							

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de